



UNIMED SAÚDE E ODONTO S.A.

CNPJ 10.414.182/0001-09

ANS - nº 41680-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Unimed Saúde e Odonto S.A. ("Operadora") e o relatório dos auditores independentes.

Conjuntura econômica

O ano de 2018 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. O PIB teve alta de 1,3% no ano pouco abaixo das expectativas iniciais do governo. O ambiente político com a renovação dos governos, trouxe uma melhor expectativa ao futuro cenário político e econômico.

O IPCA - índice nacional de preços ao consumidor amplo fechou o ano em 3,75%, abaixo do teto estipulado pelo governo.

O desemprego teve uma redução no final de 2018, atingindo 11,6% da população econômica ativa, com cerca de 12,2 milhões de brasileiros.

A taxa de juros fechou o ano de 2018 em 6,42%.

O mercado de planos exclusivamente odontológicos vem nos últimos anos apresentando resultados consistentes, com crescimento no número de beneficiários. O número de beneficiários em 2018 fechou o ano com 24,2 milhões de beneficiários exclusivamente odontológicos, com aumento de 1,4 milhão de novos beneficiários.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Unimed Saúde e Odonto S.A. encerrou o ano de 2018 com R\$ 73,8 milhões em contraprestações líquidas, apresentando um crescimento de 8,9% em relação ao exercício anterior.

Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R\$ 33,1 milhões (R\$ 28,2 milhões em 2017), com uma sinistralidade de 47,2% (43,8% em 2017).

O resultado financeiro alcançou R\$ 3,8 milhões, aumento de 87,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento se deve ao maior volume de investimentos financeiros, decorrente do aumento de capital no montante de R\$ 30,0 milhões.

As despesas administrativas e as receitas e despesas operacionais diminuíram 16,7%, totalizando R\$ 23,6 milhões em 2018 (R\$ 28,3 milhões em 2017).

O lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 7,5 milhões está sendo utilizado para compensação de prejuízos acumulados.

Os ativos totais totalizaram R\$ 71,9 milhões ao final de 2018 (R\$ 30,9 milhões em 2017), o que representa um aumento de 133,0% em relação ao exercício anterior. O aumento decorre do crescimento da carteira de investimentos, devido a capitalização de sua controlada, Unimed Seguros Saúde S.A., no montante de R\$ 30,0 milhões.

Capital Social: O patrimônio líquido da Operadora alcançou R\$ 57,7 milhões em dezembro de 2018, representado por 100.000.000 de ações.

Remuneração aos acionistas

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Contraprestações e Reconhecimentos

A Unimed Saúde e Odonto S.A., em parceria com a Unimed Santos é **Top of Mind 2018**, na baixada santista, na categoria de plano odontológico.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados, aos beneficiários, aos corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		52.265	15.931	Circulante		12.391	9.976
Disponível		1.140	638	Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	11	8.533	6.886
Realizável		51.125	15.293	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		341	314
Aplicações financeiras	5	45.177	11.219	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		4.461	3.287
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.546	779	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.731	3.285
Aplicações livres		43.631	10.440	Débitos de operações de assistência odontológica		1.345	346
Crédito de operações com planos de assistência odontológica		2.582	1.506	Contraprestações a Restituir		7	1
Contraprestação pecuniária a receber	6	1.887	1.501	Receita antecipada de contraprestações		10	8
Contraprestações Corresponsabilidade Assumida	6	695	-	Comercialização sobre operações		1.328	337
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica		-	5	Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.072	984
Despesas diferidas	7	1.036	725	Débitos diversos	13	1.441	1.760
Créditos tributários e previdenciários	8	1.100	714	Não circulante		1.895	769
Bens e títulos a receber	9	1.128	1.114	Provisões	14	1.873	765
Despesas antecipadas		102	15	Provisões para ações judiciais		1.873	765
Não circulante		19.647	14.933	Tributos e encargos sociais a recolher	12	22	4
Realizável a longo prazo		18.747	11.152	Patrimônio líquido		57.626	20.119
Aplicações financeiras	5	18.121	10.909	Capital social	15	68.134	38.134
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		12.180	7.447	Ajustes de avaliação patrimonial		43	7
Aplicações livres		5.941	3.462	Prejuízos acumulados		(10.551)	(18.022)
Créditos tributários e previdenciários	8	207	153	Total do passivo e do patrimônio líquido		71.912	30.864
Depósitos judiciais e fiscais		-	90				
Imobilizado	10	83	102				
Imobilizado de uso próprio		83	102				
Não odontológicos		83	102				
Intangível	10	817	3.679				
Total do ativo		71.912	30.864				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2018	2017
Contraprestações efetivas de plano de assistência odontológica		70.230	64.471
Receitas com operações de assistência odontológica		73.799	67.786
Contraprestações líquidas	17.a	73.799	67.786
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	17.b	(3.569)	(3.315)
Eventos indenizáveis líquidos	17.c	(33.118)	(28.211)
Eventos conhecidos		(32.672)	(30.804)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(446)	2.593
Resultado das operações com planos de assistência odontológica		37.112	36.260
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	17.e	-	808
Receitas de assistência odontológica relacionadas com planos odontológicos da operadora	17.e	22	1
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	17.e	(1.599)	(4.182)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica		(1.838)	(1.474)
Provisão para perdas sobre créditos		239	(2.708)
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionada com planos odontológicos da operadora	17.e	(759)	(85)
Resultado bruto		34.776	32.802
Despesas de comercialização	17.d	(7.189)	(6.944)
Despesas administrativas	17.f	(21.220)	(24.048)
Resultado financeiro líquido	17.g	3.792	2.026
Receitas financeiras		4.007	2.088
Despesas financeiras		-	(62)
Resultado antes dos impostos e participações		10.159	3.836
Imposto de Renda	18	(1.731)	(1.223)
Contribuição Social	18	(651)	(460)
Participações sobre o lucro		(306)	(249)
Resultado líquido		7.471	1.904
Quantidade de ações	15.a	100.000.000	40.000.000
Lucro por ação		0,07	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Recebimento de planos odontológicos	73.001	66.733
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços odontológicos	(31.610)	(29.955)
Pagamento de comissões	(6.968)	(6.467)
Pagamento de pessoal	(9.033)	(8.022)
Pagamento de serviços terceiros	(4.069)	(3.445)
Pagamento de tributos	(6.596)	(6.237)
Pagamento de promoção/publicidade	(564)	(604)
Juros de aplicações financeiras	1.862	2.020
Resgate de aplicações financeiras	93.969	56.577
Aplicações financeiras	(133.936)	(62.631)
Outros pagamentos operacionais	(5.547)	(7.454)
Caixa líquido consumido e gerado das atividades operacionais	(29.491)	515
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	(7)	(12)
Caixa líquido consumido das atividades de investimento	(7)	(12)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	30.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	30.000	-
Variação de caixa e equivalente de caixa	502	503
Caixa - no início do exercício	638	135
Caixa - no final do exercício	1.140	638
Ativos livres no início do exercício	13.902	6.175
Ativos livres no final do exercício	49.572	13.902
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos Livres	35.670	7.727
A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais está apresentada na Nota 19.		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.134	(3)	(19.926)	18.205
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	10	-	10
Lucro do exercício	-	-	1.904	1.904
Saldos em 31 de dezembro de 2017	38.134	7	(18.022)	20.119
Aumento de capital - conforme AGE de 15/02/2018	30.000	-	-	30.000
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	36	-	36
Lucro do exercício	-	-	7.471	7.471
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.134	43	(10.551)	57.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	7.471	1.904
Ajustes com títulos e valores mobiliários	36	10
Variação do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	54	15
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(18)	(5)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	7.507	1.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Saúde e Odonto S.A. (doravante denominada por "Operadora"), registrada na ANS sob nº 41680-1, é uma operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A., cujo controle final pertence à Unimed Participações S.A.. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 418, de 26 de dezembro de 2016 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação

contido na Resolução Normativa nº 418/16, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS. **e. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras individuais apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **f. Utilização de estimativas e julgamento:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela ANS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 5 - aplicações financeiras, 6.d - provisão para perdas sobre crédito, 11 - Movimentação das provisões técnicas e 14 - provisões para ações judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre

certezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **g. Segregação entre circulante e não circulante:** A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora. **h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela ANS. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Operadora, encontra-se: **(i) RN 442 de 20 de Dezembro de 2018:** A RN 442 que altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas e institui a PEONA SUS e PIC, poderão ser constituídas gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020. **(ii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos Financeiros:** A Operadora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) determinação do valor justo e (v) redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são

continua ->





UNIMED SAÚDE E ODONTO S.A.

CNPJ 10.414.182/0001-09

ANS - nº 41680-1

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

transferidos para o resultado. **(iv) Determinação do valor justo:** O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o *spread* médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. **(v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(vi) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, "Contraprestações pecuniárias a receber". **c. Redução ao valor recuperável de contraprestações a receber:** A Operadora reconhece uma provisão para perdas sobre créditos referente às contraprestações a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade das contraprestações a receber vencidos acima de 30 dias. **d. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Instalações: 5 a 10 anos; • Outros: 5 a 10 anos. **e. Ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Operadora revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos com aquisição de carteira de clientes são classificados como ativos intangíveis. A amortização é realizada pelo prazo máximo de cinco anos, levando-se em consideração o número de beneficiários da carteira desde a aquisição. Mensalmente é realizado o acompanhamento do número de beneficiários e todas as exclusões no número de beneficiários da carteira adquirida é ajustado proporcionalmente ao saldo residual, ajustando a amortização do período. **f. Despesas diferidas:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição dos contratos odontológicos, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do período de cobertura. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **g. Provisões técnicas de operação de assistência odontológica:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas nas normas da ANS: • A provisão de contraprestação não ganha é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário "pro rata die" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura e as contraprestações emitidas antecipadamente ficam pendentes nas contas de compensação até o início de cobertura; • A provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é constituída pelo valor a pagar cobrado pelo prestador ou beneficiário, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contabilizado na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde às glosas e coparticipação; e • A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é calculada tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de "run-off" para o período de 18 meses, utilizando o método *Benktander-Hovinen* permitindo os métodos *Chain-Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*. **h. Benefícios aos empregados: (i) Obrigações de curto prazo a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. **(ii) Planos de contribuição definida:** A Operadora também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela Unimed Seguradora S.A. para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **i. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **j. Reconhecimento de receita: (i) Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos**

de planos odontológicos - as receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco dos respectivos contratos. **(ii) Receita de juros** - as receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Operadora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **k. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária. O lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 7.471 foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados. **l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **m. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Operadora, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio. Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Operadora. A Diretoria Executiva do Grupo Seguros Unimed, no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Operadora e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. Com o objetivo de zelar pela transparência nas atividades, bem como nos relacionamentos da organização, os Comitês de assessoramento da Operadora contam também com a participação periódica do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Comitê de Governança, Riscos e Compliance:** O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Operadora, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório. **Comitê de Investimentos:** O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a serem realizadas pela Operadora, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Operadora. **Comitê de Produtos e Clientes:** O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações. **Comitê de Conduta Ética:** Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Operadora. **Gestão de capital:** A Unimed Saúde e Odonto S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora indireta, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por Política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esta Política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reequilíbrio, quando constatadas irregularidades. As Diretorias Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados. De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O Capital necessário para suportar os riscos está demonstrado na Nota Explicativa nº 15.c. **a. Risco de subscrição:** Riscos de oscilação da provisão de eventos: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de planos odontológicos, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Operadora possui os seguintes procedimentos: • **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; e • **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das

provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. **b. Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira: **Risco de oscilação de preços:** Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, índices e derivativos. **(i) Gerenciamento do risco de mercado:** As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: Para o controle de risco de mercado, a Operadora utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk* (*VaR*). Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimentos abertos e, para estes casos, são realizadas análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o *VaR* e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Operadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). **(ii) Resultados do teste de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IPCA). Para os títulos classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. No caso dos títulos classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Operadora. O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos "Disponíveis para venda" integrantes da carteira de investimentos da Unimed Saúde e Odonto S.A.. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos e contribuições:

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultados	
		1%	-1%
Títulos Pós-Fixados			
Disponível para Venda	18.344	183	(183)
Avaliados a Valor Justo	40.930	409	(409)
Títulos Pré-Fixados			
Até o Vencimento	721	-	-
IPCA			
Até o Vencimento	2.259	-	-
IGP-M			
Até o Vencimento	1.044	-	-
Renda Variável			
Impacto no Resultado		592	(592)
Impacto Líquido de Impostos Resultado		326	(326)
Total	63.298		

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos pré-fixados e atrelados à inflação (IPCA), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil imediato caso as curvas de juros usadas no apuração desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (independentemente do vencimento). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos "Disponíveis para venda" integrantes da carteira de investimentos da Operadora. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. **(iii) Limitações da análise de sensibilidade** O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **c. Risco de liquidez: (i) Gerenciamento do risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras). Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros:

Liquidez	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Imediata	56.680	77%	18.675	70%
1 a 30 dias	3.358	5%	1.625	8%
31 a 60 dias	302	2%	602	4%
61 a 90 dias	188	1%	-	-
91 a 120 dias	-	-	3	1%
121 a 150 dias	47	1%	-	-
151 a 180 dias	35	1%	1	1%
181 a 365 dias	171	1%	432	3%
Mais de 365 dias	7.367	12%	4.048	13%
Totais	68.148	100%	25.386	100%

(ii) Conciliação dos Ativos e Passivos: A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e planos odontológicos detidos pela Operadora.

☆ continua





UNIMED SAÚDE E ODONTO S.A.

CNPJ 10.414.182/0001-09

ANS - nº 41680-1

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

	Sem vencimento	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros							
Disponível	1.140	-	-	-	-	-	1.140
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	40.930	-	-	-	-	-	40.930
Quotas de fundos de investimento abertos	40.930	-	-	-	-	-	40.930
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	4.247	11.627	2.470	18.344
Títulos privados	-	-	-	4.247	8.837	2.470	15.554
Títulos públicos	-	-	-	-	2.790	-	2.790
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	1.376	2.648	4.024
Títulos privados	-	-	-	-	1.376	2.648	4.024
Crédito de operações com planos de assistência odontológica (*)	-	1.673	-	909	-	-	2.582
Contraprestação pecuniária a receber	-	1.673	-	909	-	-	2.582
Bens e títulos a receber	-	25	1.005	98	-	-	1.128
Total dos ativos financeiros	42.070	1.698	1.005	5.254	13.003	5.118	68.148
Passivos financeiros							
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	3.731	-	-	4.802	-	-	8.533
Débitos de operações de assistência odontológica	-	-	-	7	1.338	-	1.345
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	-	1.072	-	1.072
Débitos diversos	-	-	-	15	1.426	-	1.441
Obrigações com pessoal	-	-	-	-	801	-	801
Fornecedores	-	-	-	-	298	-	298
Depósitos de terceiros	-	-	-	15	-	-	15
Outros débitos a pagar	-	-	-	-	327	-	327
Total dos passivos financeiros	3.731	-	22	8.638	-	-	12.391

(*) Valor líquido da provisão para riscos de créditos.

d. Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta qualidade de rating de crédito, e têm seus ratings avaliados por agências renomadas atuantes no mercado (Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's). A exposição da Operadora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira de ativos financeiros da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating dos ativos financeiros:

Nota	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Soberano	2.790	4%	6.082	24%
AAA	6.379	9%	2.005	8%
AA	12.796	19%	108	1%

Nota A
Total em Risco
Sem Classificação

2018		2017	
Valor	%	Valor	%
1.180	2%	6.513	26%
23.145	34%	14.708	59%
45.003	66%	10.678	41%
68.148	100%	25.386	100%

O risco de crédito de contraprestações a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber. **Risco de concentração de investimentos:** Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. **Controle do risco operacional:** A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. tem como base os componentes e princípios do framework do COSO ERM e COSO 2013, que tem como objetivo propiciar uma gestão integrada

e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas no mercado nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e segurança. O processo de gestão de riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma: **(i) Identificação dos riscos:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos no apoio às áreas de negócio e apoio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Operadora. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais: • Mapear os processos; • Identificar os riscos e fatores de riscos; • Identificar os controles e associá-los aos riscos; • Identificar normas e regulamentações; e • Identificação de deficiências. **(ii) Mensuração e avaliação:** O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos no suporte às áreas de negócio e apoio, para mensurar e avaliar os riscos da Operadora. Destacamos as principais atividades desta etapa: • Classificação do impacto; • Realizar a autoavaliação do ambiente de controle; • Realizar o walkthrough e testes; • Avaliação da aderência aos normativos; e • Avaliação dos riscos residuais. **(iii) Resposta ao risco (mitigação e controle):** Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos apoia os gestores das áreas de negócio e apoio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo: • Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios, processos ou subprocessos; • Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos; • Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou outsourcing; e • Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Para os riscos que as áreas gestoras não optarem por "evitar" ou "aceitar", deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controle, visando à mitigação do risco. **(iv) Monitoramento:** Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. **(v) Reporte:** A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos no apoio às áreas gestoras, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta Administração da Operadora. **f. Concentração de riscos:** A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes.

	Centro Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
2018	8.420	10.849	43.894	10.634	73.799
	11,41%	14,70%	59,48%	14,41%	100%

g. Principais ramos de atuação: Aproximadamente 92,8% da carteira está concentrada em Planos Coletivos cujos riscos são minimizados através das revisões anuais dos contratos, visando o equilíbrio atuarial. A concentração de Planos Individuais ou Familiares é de apenas 7,2% sendo esta carteira reajustada anualmente por índice contratualmente pré-fixado.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Resumo da classificação:

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos				Total		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Ajuste a valor justo	2018	2017	%	
Valor justo por meio do resultado		-	-	-	40.930	40.930	40.930	-	40.930	65%	9.229	42%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	40.930	40.930	40.930	-	40.930	65%	7.543	34%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.686	8%
Disponível para venda		4.247	11.627	2.470	-	18.344	18.281	63	18.344	29%	12.899	58%
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	550	207	-	-	757	757	-	757	1%	1.990	8%
Debêntures	2	-	4.900	2.470	-	7.370	7.318	52	7.370	12%	3.022	14%
Letra Financeira (LF)	2	3.697	3.730	-	-	7.427	7.415	12	7.427	12%	3.491	16%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	2.790	-	-	2.790	2.791	(1)	2.790	4%	4.396	20%
Mantidos até o vencimento		-	1.376	2.648	-	4.024	4.081	(57)	4.024	6%	-	-
Debêntures	2	-	-	2.648	-	2.648	2.692	(44)	2.648	4%	-	-
Letra Financeira (LF)	2	-	1.376	-	-	1.376	1.389	(13)	1.376	2%	-	-
Total		4.247	13.003	5.118	40.930	63.298	63.292	6	63.298	100%	22.128	100%

b. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como se segue: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo; • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, bem como entre níveis hierárquicos.

c. Taxa de juros contratada:

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada	2018
Fundo Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa		40.930
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,71% CDI	757
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	101,50% CDI	4.998
		CDI 1,22%	2.372
		IGPM 6,10%	1.044
		IPCA 6,00%	1.604
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	108,05% CDI	7.427
		IPCA 6,10%	655
		PRE 12,42%	721
LFT	Títulos Públicos pós-fixados	100% SELIC	2.790
Total			63.298

d. Movimentação das aplicações financeiras:

	2018	2017
Saldo Inicial do Exercício	22.128	16.539
Aplicação	133.936	62.631
Resgate	(95.831)	(58.597)
IR	(783)	(336)
Receita Financeira	3.794	1.876
Ajuste a valor de mercado	54	15
Saldo Final do Exercício	63.298	22.128

e. Garantia das provisões técnicas:

	2018	2017
Provisões técnicas	8.533	6.886
Total a ser coberto	8.533	6.886
Títulos de renda fixa - públicos	2.790	4.396
Títulos de renda fixa - privados	10.936	3.830
Total de ativos em garantia	13.726	8.226
Suficiência de cobertura	5.193	1.340

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

a. Contraprestações a receber:

	2018	2017
Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	6.986	6.837
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	695	-
(-) Provisões para perdas sobre crédito	(5.099)	(5.336)
Total	2.582	1.501

b. Movimentação de contraprestações a receber bruto da provisão para perdas sobre créditos:

	2018	2017
Contraprestações pendentes no início do exercício	6.837	5.749
Contraprestações emitidas	72.721	67.821
Contraprestação corresponsabilidade assumida	695	-
Recebimentos	(73.001)	(66.733)
Baixa de contraprestações incobráveis	429	-
Contraprestações pendentes no final do exercício	7.681	6.837

c. Contraprestações a receber por vencimento:

	2018	2017
Contraprestações a vencer		
1 a 30 dias	896	353
31 a 120 dias	13	5
Contraprestações vencidas		
1 a 30 dias	1.673	1.143
31 a 120 dias	181	487
121 a 365 dias	369	3.564
Superior a 365 dias	4.549	1.285
Total	7.681	6.837

d. Provisão para perdas sobre créditos:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	5.336	3.153
Constituições	578	3.941
Reversões	(386)	-
Baixa de contraprestações incobráveis	(429)	(1.758)
Saldo no final do exercício	5.099	5.336

7. DESPESAS DIFERIDAS

	2018	2017
Saldo no início do exercício	725	733
Constituição	1.828	1.387
Reversão	(1.517)	(1.395)
Saldo no final do exercício	1.036	725

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2018	2017
Impostos e contribuições a compensar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.098	710
Outros créditos tributários	2	4
Total circulante	1.100	714
Crédito tributário sobre diferença temporária de imposto de renda	-	1
PIS diferido	29	21
COFINS diferido	178	131
Total não circulante	207	153

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2018	2017
Adiantamentos a funcionários	50	53
Outros créditos a receber	483	500
Adiantamento a Corretores	1.027	993
Provisão para perdas sobre créditos	(432)	(432)
Total	1.128	1.114

continua



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado:

	Movimento				2018				Taxas anuais de depreciação (%)
	2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	2018	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Hardware	5	-	-	-	5	49	(44)	5	20%
Móveis, máquinas e utensílios	79	4	(2)	(18)	63	182	(119)	63	10%
Equipamentos	18	3	-	(6)	15	40	(25)	15	10%
Total	102	7	(2)	(24)	83	271	(188)	83	

b. Intangível:

	Movimento				2018				Taxas anuais de depreciação (%)
	2017	Amortização	2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido			
Software	1.393	(576)	817	3.684	(2.867)	817	20%		
Aquisição de carteira (*)	2.286	(2.286)	-	23.369	(23.369)	-	29,4% (**)		
Total	3.679	(2.862)	817	27.053	(26.236)	817			

(*) Refere-se a aquisição de carteira Unimed Vitória em março de 2016. (**) Média das taxas de amortização utilizadas ao longo do exercício.

11. MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão contra-prestação Não Ganha (PPCNG)	Provisão de eventos ocorridos e Não Avisado (PEONA)	Provisão de eventos a liquidar (PELS)	Total
Saldo no início do exercício	314	3.285	3.287	6.886
Constituição	7.915	658	36.792	45.365
Reversão	(7.888)	(212)	(4.008)	(12.108)
Pagamentos	-	-	(31.610)	(31.610)
Saldo no final do exercício	341	3.731	4.461	8.533

12. TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2018	2017
Impostos sobre serviços - ISS	139	106
Contribuições previdenciárias	172	270

14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Natureza	Provisão para ações judiciais				Depósitos judiciais				
	Saldo em 2017	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Pagamentos	Saldo em 2018	2018	2017
1 - Fiscal	570	1.098	(16)	126	(69)	-	1.709	364	42
1.1 - INSS Liminar Judicial	47	304	-	13	-	-	364	364	42
1.2 - Taxa de Saúde Suplementar	493	494	(16)	32	-	-	1.003	-	-
1.3 - PIS Processo ISS	4	10	-	2	(2)	-	14	-	-
1.4 - COFINS Processo ISS	26	63	-	13	(12)	-	90	-	-
1.5 - COFINS sobre base PIS/COFINS	-	18	-	-	-	-	18	-	-
1.6 - PIS sobre base PIS/COFINS	-	3	-	-	-	-	3	-	-
1.7 - ISS Lei Complementar 157/16	-	206	-	66	(55)	-	217	-	-
2 - Contingências cíveis	121	358	(173)	34	(16)	(160)	164	55	25
3 - Contingências trabalhistas	74	-	(69)	2	(7)	-	-	-	23
Total	765	1.456	(258)	162	(92)	(160)	1.873	419	90

1. Fiscal: 1.1 INSS Liminar Judicial - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A empresa, através de parecer de seus assessores jurídicos considera como perda possível as seguintes verbas, adicionais de hora-extra e noturno, férias usufruídas, descanso semanal remunerado, e considera como perda provável, salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores. Cabe esclarecer que o aumento da reserve refere-se a verbas de 13º salário, sempre paga no mês de dezembro de cada exercício. 1.2 Taxa de Saúde Suplementar (TSS) - Discute a legalidade da cobrança da referida taxa. Os assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a empresa vem provisionando os valores relativos a taxa. 1.3 Exclusão do ISS da base de cálculo PIS - A empresa através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.4 Exclusão do ISS da base de cálculo COFINS - A empresa através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.5 COFINS sobre base PIS/COFINS - A empresa através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.6 PIS sobre base PIS/COFINS - A empresa através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 1.7 ISS Lei Complementar 157/16 - A empresa através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. 2. Contingências cíveis - A Operadora responde a processos de natureza trabalhista, em diversas fases de tramitação. Conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos o montante para as classificações de perda "provável" e "possível" é de R\$ 164. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$68.134 (R\$38.134 em 2017) composto por 100.000.000 (40.000.000 em 2017) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 15 de fevereiro de 2018 houve aumento de capital de R\$ 30.000 mediante a emissão de 60.000.000 ações ordinárias. b. Resultado do exercício: A Operadora apresentou lucro líquido de R\$7.471 (R\$1.904 em 2017) e não houve destinação de reservas ou dividendos.

c. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:

	2018	2017
Patrimônio líquido	57.626	20.119
Adições:	-	7.011
(+) Gastos com aquisição de carteiras	-	7.011
Deduções:	(1.955)	(4.419)
(-) Despesas diferidas	(1.036)	(725)
(-) Despesas Antecipadas	(102)	(15)
(-) Ativo intangível	(817)	(3.679)
Patrimônio mínimo ajustado	55.671	22.711
a) 0,20 das contraprestações retidas dos últimos 12 meses	14.760	13.557
b) 0,33 da média dos eventos conhecidos dos últimos 36 meses	10.294	9.376
Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	14.760	13.557
Suficiência (PMA - M.S.)	40.911	9.154
% sobre patrimônio mínimo ajustado	73,49%	40,31%

16. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Segue: (a) Despesas administrativas e compartilhadas com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A.. (b) Receita com planos odontológicos com as controladoras, Unimed Seguradora S.A., Unimed Seguros Saúde S.A. e a empresa relacionada do Sistema Cooperativo Unimed (Federação Interfederativa das Cooperativas de trabalho médico do Estado de Minas Gerais). (c) Débitos de Operações assistência odontológica com as empresas pertencentes ao sistema cooperativo Unimed. (d) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao sistema cooperativo Unimed. (e) Despesas com pessoal próprio com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A.. As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir:

	2018	2017
Passivo		
Débitos de operações: (c)		
Cooperativas Unimed	36	23
Débitos diversos: (a)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	106	227
Unimed Seguradora S.A.	221	223
Total	363	473
Receitas		
Contraprestações emitidas: (b)		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	38	41
Unimed Seguros Saúde S.A.	12	13
Unimed Seguradora S.A.	13	16
Total	63	70
Despesas		
Despesas de Comercialização: (d)		
Cooperativas Unimed	174	213
Despesas com pessoal próprio: (e)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	679	565
Unimed Seguradora S.A.	47	52
Despesas administrativas compartilhadas: (a)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.453	1.840
Unimed Seguradora S.A.	2.538	2.525
Total	4.891	5.195

17. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Contraprestações efetivas:

	2018	2017
Contraprestações emitidas	76.200	70.466
Contraprestações canceladas	(2.355)	(2.645)
Contraprestações restituídas	(19)	-
Varição das contraprestações não ganhas	(27)	(35)
Total	73.799	67.786

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência:

	2018	2017
COFINS	(1.648)	(1.657)
PIS	(268)	(269)
ISS	(1.682)	(1.389)
ISS Lei Complementar 157/16	29	-
Total	(3.569)	(3.315)

c. Eventos conhecidos:

	2018	2017
Eventos conhecidos	(36.792)	(35.150)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(446)	2.593
Glosas	4.008	4.125
Recuperação de eventos	112	221
Total	(33.118)	(28.211)

(j) Abertura dos eventos conhecidos líquidos de recuperações de eventos e glosas:

	2018	2017
Planos individuais/familiares	1.331	2.873
Rede contratada	1.331	2.873
Total	1.331	2.873

	2018	2017
Planos coletivos empresariais	31.341	27.931
Rede contratada	31.341	27.931
Total	31.341	27.931

Total de eventos líquidos de recuperação e glosa

	2018	2017
d. Despesas de comercialização:	32.672	30.804
Comissões sobre contraprestações emitidas	(5.220)	(5.111)
Despesa com agenciamento	(1.996)	(1.511)
Variação das despesas de comercialização diferidas	314	(8)
Despesas com administração de apólices	(287)	(314)
Total	(7.189)	(6.944)

e. Outras receitas e despesas operacionais de planos relacionados:

	2018	2017
Ajuste ao valor de realização para obrigação	-	802
Outras receitas com assistências odontológicas	-	6
Outras receitas operacionais	22	1
Subtotal	22	809

	2018	2017
Despesas com confecção de carteirinhas	(526)	(401)
Despesas com cobrança	(233)	(631)
Outras despesas com assistências odontológicas	(802)	(345)
Despesas com contingências cíveis	(244)	(60)
Despesas com encargos sociais	(33)	(37)

	2018	2017
Despesas com provisão sobre contraprestações odontológicas	239	(2.276)
Despesas com créditos não relacionados com assistência odontológica	-	(432)
Subtotal	(1.599)	(4.182)

	2018	2017
Outras despesas operacionais	(759)	(85)
Total	(2.336)	(3.458)

f. Despesas administrativas:

	2018	2017
Despesas com pessoal	(10.666)	(10.868)
Serviços de terceiros	(4.319)	(4.070)
Despesas com amortização	(2.862)	(5.419)
Localização e funcionamento	(1.807)	(1.928)
Despesa com publicidade e propaganda	(467)	(587)
Outras	(454)	(672)
Subtotal	(20.575)	(23.544)

Despesas com tributos:

	2018	2017
Taxas de saúde suplementar	(523)	(463)
Impostos sobre serviços	(13)	(3)
Multas administrativas	(80)	-
Outros	(29)	(38)
Subtotal	(645)	(504)
Total	(21.220)	(24.048)

g. Receitas e despesas financeiras:

Receitas

	2018	2017
Receitas com títulos privados	1.585	838
Valor justo por meio do resultado	4	177
Disponível para venda	1.240	661
Mantidos até o vencimento	341	-
Receitas com títulos públicos	254	585
Valor justo por meio do resultado	21	165
Disponível para venda	233	420
Receitas com fundos de investimento	1.964	453
Valor justo por meio do resultado	1.964	453

Receitas financeiras com operações de assistência odontológica

	2018	2017
Receitas com créditos tributários	58	61
Receitas com créditos tributários	22	30
Receitas financeiras com depósitos judiciais	16	2
Outras receitas financeiras	108	119
Subtotal	4.007	2.088

Despesas

Despesas com títulos de renda fixa e variável

	2018	2017
Mantidos até o vencimento	(3)	-
Despesas com fundos de investimentos	(6)	-
Valor justo	(6)	-

Despesa financeira com operações de assistência odontológica

	2018	2017
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(28)	(22)
Encargos sobre provisões para contingências	(1)	-
Outras despesas financeiras	(174)	(39)
Subtotal	(3)	(1)
Total	(215)	(62)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	Imposto de renda	Contribuição social	2018	2017
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	9.853	3.587	9.853	3.587

Adições e Exclusões:

	2018	2017
Provisão para contingências	1.108	621
Provisão para risco de créditos	(667)	2.708
Brindes e patrocínio	25	8
Donativo	10	10
Programa de participação no resultado	(36)	249
Outras	33	130
(-) Compensação de base negativa de períodos anteriores	(3.098)	(2.191)
Base de cálculo:	7.228	5.112

Alíquotas:

	2018	2017
Imposto de renda e Contribuição social	1.084	



UNIMED SAÚDE E ODONTO S.A.

CNPJ 10.414.182/0001-09

ANS - nº 41680-1

☆ continuação

DIRETORIA

Helton Freitas
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Facchini - Atuária - MIBA 1118

CONTADOR

Vinicius Negrini de Oliveira - CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Unimed Saúde e Odonto S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Saúde e Odonto S.A. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Saúde e Odonto S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional; e - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

AEM Participações S.A.

CNPJ.MF. N.º 05.062.403/0001-89 - NIRE Nº 35 3 0019101 3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária,
Realizada em 21 de Janeiro de 2019

1. Data, Horário e Local - Dia 21 de janeiro de 2019, às 09:30hs, na sede social, Rua Amauri nº 255, 16º andar, sala B, Capital de São Paulo.
2. Convocação - Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
3. Presença - Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas".
4. Mesa Dirigente - Antonio Ermirio de Moraes Filho, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário.
5. Ordem do Dia - Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos.
6. Deliberações - a) submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram: (i) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 249.964.541,30 (duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago nesta data; e (ii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata.
7. Observações Finais - a) - Em todas as deliberações deixaram de votar o legalmente impedidos; b) - O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) - Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. Assinaturas: **Antonio Ermirio de Moraes Filho**, Presidente, **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário, **Antonio Ermirio de Moraes Filho**, **Rosa Helena Costa Moraes**, **Vera Regina Costa Moraes**, **Luis Ermirio de Moraes**, **Maria Lúcia Costa Moraes**, **Rubens Ermirio de Moraes**, **Maria Regina Ermirio de Moraes Waib**, **Nidia Maria Faustino Claro de Moraes**, **Fabiana de Moraes Martin Bianco**, **Mario Ermirio de Moraes Filho**, **Natália Faustino Costa de Moraes**, **Márcia Regina Récio de Moraes**, **Júlia Récio de Moraes Haddad**, **Eugênio Ermirio de Moraes**, por **JEMF Participações S.A.**, José Ermirio de Moraes Neto e José Roberto Ermirio de Moraes, por **ERMAN Participações S.A.**, Claudio Ermirio de Moraes e Ricardo Ermirio de Moraes e por **MRC Participações S.A.**, Clóvis Ermirio de Moraes Scripilliti e Carlos Eduardo Moraes Scripilliti, acionistas. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 21 de janeiro de 2019. **Sergio Thiago da Gama Giestas** - Secretário. Jucesp nº 58.362/19-8 em 30/01/2019. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Erman Participações S.A.

CNPJ.MF. N.º 05.062.376/0001-44 - NIRE Nº 35 3 0019100-5

Ata das Assembleia Geral Extraordinária,
Realizada em 21 de Janeiro de 2019

1. Data, Horário e Local - Dia 21 de janeiro de 2019, às 10:00h, na sede social, Rua Amauri nº 255, 15º andar, Capital de São Paulo.
2. Convocação - Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
3. Presença - Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas".
4. Mesa Dirigente - Ermirio Pereira de Moraes, Presidente; Sergio Thiago da Gama Giestas, Secretário.
5. Ordem do Dia - Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos.
6. Deliberações - a) submetida as matérias e respectivos documentos para exame e discussão e, logo depois, à votação, os presentes, por unanimidade, decidiram: (i) aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 250.304.789,30 (duzentos e cinquenta milhões, trezentos e quatro mil, seletos e oitenta e nove reais e trinta centavos) a serem destacados de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros" acumulados de exercícios anteriores, montante este a ser pago nesta data; e (ii) autorizar os Diretores da Companhia a praticarem, ou nomearem procuradores para praticarem em seu nome, todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento da deliberação constante nesta ata.
7. Observações Finais - a) - Em todas as deliberações deixaram de votar o legalmente impedidos; b) - O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) - Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. Assinaturas: **Ermirio Pereira de Moraes**, Presidente; **Sergio Thiago da Gama Giestas**, Secretário, **Ermirio Pereira de Moraes**, **Fabio Ermirio de Moraes**, **Claudio Ermirio de Moraes**, **Marcos Ermirio de Moraes**, **Ana Paula de Moraes Rizkallah**, **Luciana Moraes de Uihôa Rodrigues**, **Ricardo Ermirio de Moraes**, **Ana Helena de Moraes Vicintin**, **Marcelo de Moraes Vicintin**, **Camila de Moraes Vicintin Vallone**, **Marina de Moraes Vicintin Lopes**, **Rafael de Moraes Vicintin**, por **JEMF Participações S.A.**, José Ermirio de Moraes Neto e José Roberto Ermirio de Moraes, por **AEM Participações S.A.**, Luis Ermirio de Moraes e Ademar Marra e por **MRC Participações S.A.**, Clóvis Ermirio de Moraes Scripilliti e Carlos Eduardo Moraes Scripilliti, acionistas. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 21 de janeiro de 2019. **Sergio Thiago da Gama Giestas** - Secretário. Jucesp nº 58.364/19-5 em 30/01/2019. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

NK 045 Empreendimentos e Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição em 11/10/2018.

Data, Hora e Local: Aos 11/10/2018, às 16h, na Sede Social, São Paulo/SP. **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição, (Anexo II) e lista de presença (Anexo III). **Mesa:** Presidente: Leonardo Luis do Carmo, Secretária: Cristina da Silva de Camargo. **Ordem do Dia e Deliberações:** (a) constituir a **NK 045 Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Alameda Santos, nº 1.293, 6º andar, conjunto 63, CEP: 01419-002; (b) fixar o capital social da Companhia em R\$ 100,00 dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada ação, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição anexos. (c) aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata (Anexo I); (d) aprovar, nos termos, do §1º artigo 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; (e) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela AGO de 2018. **Diretores:** **Leonardo Luis do Carmo**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 1.293, 6º andar, conjunto 63, CEP: 01419-002, RG nº 41.997.179-8, SSP/SP, CPF/MF nº 368.430.348-88, para o cargo de diretor. **Cristina da Silva de Camargo**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Alameda Santos, nº 1.293, 6º andar, conjunto 63, CEP: 01419-002, RG nº 40.480.487-1 SSP/SP, CPF/MF nº 366.120.028-32, para o cargo de diretora. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais. Extrato da Ata. São Paulo, 11/10/2018. **Leonardo Luis do Carmo** - Presidente da Assembleia e diretor eleito. **Cristina da Silva de Camargo** - Secretária da Assembleia e diretor eleito. Visto do Advogado: **Gabriel Silva Loschiavo dos Santos** - OAB/SP nº 346.683. JUCESP/NIRE nº 3530052827-1 em 23/11/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

(atual denominação da W Torre VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.)

Companhia Aberta
CNPJ/MF 06.137.677/0001-52

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. ("Securitizadora") ou "BRPR 56" e **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário")**, em atendimento às disposições do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários firmado em 19/05/2006, conforme aditado ("Termo de Securitização"), convocam os titulares dos CRI da 1ª Emissão da Securitizadora a se reunirem em Assembleia Geral, que será realizada, em primeira convocação, no dia 19 de março de 2019, às 10:30 horas, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 18º andar, Brooklin Novo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) anuência prévia à realização de reorganização societária envolvendo a BRPR 56 e sua controladora BR Properties S.A. ("BRP"), que envolverá os seguintes passos: (a) alteração do Estatuto Social da BRPR 56 para permitir a cisão da Securitizadora, extinguir as ações preferenciais e conformá-lo aos padrões usuais de mercado para estatutos sociais de companhias securitizadoras de créditos imobiliários; (b) cisão parcial da BRPR 56, sendo a parcela cindida constituída pelos direitos da BRPR 56 sobre o imóvel lastro da securitização (originalmente registrado na matrícula nº 204.376, atualmente 304.064 e 304.065, do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, RJ) ("Imóvel") e obrigações relacionadas, e pelos 93 (noventa e três) CRI objeto de aquisição facultativa pela BRPR 56 nos termos da cláusula 2.16.1 do Termo de Securitização, incorporada pela BRP; e (c) previamente aos passos anteriores, transferência das 10 (dez) ações preferenciais atualmente detidas pelo Agente Fiduciário para a BRP, com a consequente extinção do Acordo de Acionistas da BRPR 56 e supressão dos direitos de ingerência e veto detidos pelo Agente Fiduciário em decorrência do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas ("Reorganização"); (2) após a transferência dos direitos sobre o Imóvel no âmbito da Reorganização, a transferência de tais direitos ao FII UBS (BR) Office, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.274.163/0001-59 ("Fundo"), mantidos a alienação fiduciária do Imóvel e demais termos e condições dos CRI, ficando certo que o Fundo deverá ceder à Securitizadora os créditos imobiliários objeto do Contrato de Construção e Locação de Imóvel, celebrado em 15 de dezembro de 2004, conforme aditado ("Contrato de Locação"), ficando obrigado a respeitar os termos e condições previstos no Termo de Securitização até a quitação integral dos CRI; e (3) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário celebrarem os instrumentos necessários à implementação das deliberações contidas nos itens (1) e (2) acima, sem alteração nos termos e condições dos CRI. Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do dia serão disponibilizados aos titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Poderão participar da Assembleia: a) os titulares de CRI, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares dos CRI; e b) os procuradores dos titulares de CRI, com poderes específicos para representação na Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. Os titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral, nas instalações do Agente Fiduciário, na Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, Salas 302, 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, com, pelo menos, 48 horas de antecedência da Assembleia e também por meio do e-mail: assembleias@pentagonotruster.com.br. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019. **BRPR 56 Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.**

Rodobens Malls Incorporadora Imobiliária – Feira de Santana VII – SPE Ltda.

CNPJ Nº 09.443.303/0002-34 NIRE 35.222.122.306

Redução de Capital

Data 23.01.2019. Local São José do Rio Preto. A totalidade dos sócios da **RODOBENS MALLS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA – FEIRA DE SANTANA VII – SPE LTDA**, com sede em São José do Rio Preto-SP, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, sala 17B, Higienópolis, CEP 15.085-485, **DELIBERAM**, reduzir o capital social, conforme artigo 1082, II do Código Civil, passando de R\$424.008,00 para R\$250.008,00, representando uma redução de R\$174.000,00, que será devolvido até 31.01.2019, em moeda corrente nacional, à sócia Rodobens Malls Administração de Shopping Centers Ltda. **Sócios:** Rodobens Malls Administração de Shopping Centers Ltda e Carlos Bianconi.

